

eBookLibris

**A
CIDADE
ANTIGA**

**Fustel
de**

Coulanges

**Tradução de Frederico
Ozanam Pessoa de Barros**

www.eBooksBrasil.org

A Cidade Antiga
Numa-Denys Fustel de Coulanges (1830-1889)

Título original
La Cité Antique - Étude sur Le Culte, Le Droit, Les Institutions de la
Grèce et de Rome

Tradução
© 2006 Frederico Ozanam Pessoa de Barros

Versão para eBook
eBooksBrasil

Fonte Digital
Digitalização do livro em papel
Editora das Américas S.A. - EDAMERIS, São Paulo, 1961

© 2006 — Numa-Denys Fustel de Coulanges

ÍNDICE

Prefácio

LIVRO PRIMEIRO: Antigas Crenças

Capítulo I: Crenças a respeito da alma e da morte

Capítulo II: O culto dos mortos

Capítulo III: O fogo sagrado

Capítulo IV: A religião doméstica

LIVRO SEGUNDO: A Família

Capítulo I: A religião foi o princípio constitutivo da família antiga

Capítulo II: O casamento

Capítulo III: Continuidade da família. Proibição do celibato. Divórcio em caso de esterilidade. Desigualdade entre filho e filha

Capítulo IV: Adoção e emancipação

Capítulo V: O parentesco, o que os romanos entendiam por agnação

Capítulo VI: O direito de propriedade

Capítulo VII: Direito de sucessão:

1.º — Natureza e princípio do direito de sucessão entre os antigos

2.º — O filho herda, e não a filha

3.º — Da sucessão colateral

4.º — Efeitos da emancipação e da adoção

5.º — O testamento, a princípio, não era conhecido

6.º — Antiga indivisão do patrimônio

Capítulo VIII: A autoridade na família:

1.º — Princípio e natureza do poder paterno entre os antigos

2.º — Enumeração dos direitos que compunham o poder paterno

Capítulo IX: A antiga moral da família

Capítulo X: A Gens em Roma e na Grécia:

1.º — O que os escritores antigos nos dão a conhecer a respeito da gens

2.º — Exame de algumas opiniões emitidas a fim de explicar a gens romana

3.º — A gens é a família mantendo ainda sua organização primitiva e sua unidade

4.º — Extensão da família: a escravidão e a clientela

LIVRO TERCEIRO: A Cidade

Capítulo I: A fratria e a cúria. A tribo

Capítulo II: Novas crenças religiosas:

1.º — Os deuses da natureza física

2.º — Relação dessa religião com o desenvolvimento da sociedade humana

Capítulo III: Forma-se a cidade

Capítulo IV: A cidade

Capítulo V: O culto do fundador. A lenda de Enéias

Capítulo VI: Os deuses da cidade

Capítulo VII: A religião da cidade:

1.º — Os banquetes públicos

2.º — As festas e o calendário

3.º — O censo e a lustração

4.º — A religião na assembleia, no senado, no tribunal e no exército, o triunfo

Capítulo VIII: Os rituais e os anais

Capítulo IX: Governo da cidade. O rei:

1.º — Autoridade religiosa do rei

2.º — Autoridade política do rei

Capítulo X: O magistrado

Capítulo XI: A lei

Capítulo XII: O cidadão e o estrangeiro

Capítulo XIII: O patriotismo. O exílio

Capítulo XIV: O espírito municipal

Capítulo XV: Relações entre as cidades. A guerra. A paz. A aliança dos deuses

Capítulo XVI: As confederações. As colônias

Capítulo XVII: O romano. O ateniense

Capítulo XVIII: Da onipotência do estado. Os antigos não conheceram a liberdade individual

LIVRO QUARTO: As Revoluções

Capítulo I — Patrícios e clientes

Capítulo II — Os plebeus

Capítulo III — Primeira revolução:

1.º — A autoridade política é tirada aos reis

2.º — História dessa revolução em Esparta

3.º — A mesma revolução em Atenas

4.º — A mesma revolução em Roma

Capítulo IV — A aristocracia governa as cidades

Capítulo V — Segunda revolução. Transformações na constituição das famílias. Desaparece o direito de primogenitura. A gens se desmembra

Capítulo VI — Os clientes se libertam:

1.º — O que era, a princípio, a clientela, e como se transformou

2.º — A clientela desaparece de Atenas. A obra de Sólon

3.º — Transformação da clientela em Roma

Capítulo VII — Terceira revolução. A plebe passa a fazer parte da cidade:

1.º — História geral dessa revolução

2.º — História dessa revolução em Atenas

3.º — História dessa revolução em Roma

Capítulo VIII — Modificações no direito privado. O código das Doze Tábuas. O código de Sólon

Capítulo IX — Novo princípio de governo. O interesse público e o sufrágio

Capítulo X — Tenta-se constituir uma aristocracia da riqueza.

Estabelecimento da democracia. A quarta revolução

Capítulo XI — Regras do governo democrático. Exemplo da democracia ateniense

Capítulo XII — Ricos e pobres. Desaparece a democracia. Os tiranos populares

Capítulo XIII — Revoluções de Esparta

LIVRO QUINTO: Desaparece o regime municipal

Capítulo I — Novas crenças. A filosofia muda as normas da política

Capítulo II — A conquista romana:

1.º — Algumas palavras sobre as origens e a população de Roma

2.º — Primeiros progressos de Roma (753-350 antes de Cristo)

3.º — De que modo Roma conquistou o império (350-140 antes de Cristo)

4.º — Roma destrói por toda parte o regime municipal

5.º — Os povos vencidos entram sucessivamente a fazer parte da cidade romana

Capítulo III — O Cristianismo muda as condições de governo

PREFÁCIO

DA NECESSIDADE DE ESTUDAR AS MAIS VELHAS CRENÇAS DOS ANTIGOS PARA CONHECER SUAS INSTITUIÇÕES

É nosso propósito demonstrar aqui os princípios e regras que governaram as sociedades grega e romana. Reunimos em um mesmo estudo romanos e gregos porque esses dois povos, ramos de um mesmo tronco, falando idiomas originários de uma mesma língua, possuíam também um fundo de instituições comuns, e atravessaram uma série de revoluções semelhantes.

Cuidaremos, sobretudo, de pôr em evidência as diferenças radicais e essenciais que distinguem de modo definitivo esses povos antigos das sociedades modernas. Nosso sistema educacional, que nos obriga a viver desde a infância entre gregos e romanos, habitua-nos a compará-los continuamente conosco, a julgar sua história pela nossa e a explicar nossas revoluções pelas suas. O que ainda conservamos deles, e o que eles nos legaram, faz-nos acreditar que se assemelhavam a nós; temos dificuldade em considerá-los como povos estranhos; quase sempre não vemos neles senão a nós mesmos, o que deu origem a muitos erros. Quando estudamos esses povos, antigos através das opiniões e fatos de nossa época, quase sempre nos enganamos.

Ora, os erros nessa matéria são perigosos. A idéia que se tem da Grécia e de Roma muitas vezes perturbou várias de nossas gerações. Observando mal as instituições da cidade antiga, quiseram fazê-las reviver entre nós. Fez-se idéia errada da liberdade entre os antigos, e somente por isso a liberdade entre os modernos foi posta em perigo. Nossos últimos oitenta anos demonstraram claramente que uma das grandes dificuldades que se opõem à marcha da sociedade moderna é o hábito de ter sempre diante dos olhos a antiguidade greco-romana.

Para conhecer a verdade a respeito desses povos antigos, deve-se estudá-los sem pensar em nós, como se nos fossem completamente desconhecidos, com o mesmo desinteresse e liberdade de espírito com que estudaríamos a Índia antiga ou a Arábia.

Encaradas desse modo, a Grécia e Roma apresentam-se-nos com

um caráter absolutamente inimitável. Nada do que é moderno lhes é semelhante. E no futuro nada poderá ser-lhes semelhante. Tentaremos, pois, demonstrar as regras que governaram essas sociedades, e constataremos facilmente que essas regras não podem mais dirigir a humanidade.

Qual a razão disto? Por que as condições de governo dos homens não são mais as mesmas de outrora? As grandes transformações, que de tempos em tempos aparecem na constituição das sociedades, não podem ser efeito do acaso, ou apenas da força. A causa que as provoca deve ser poderosa, e essa causa deve estar no próprio homem. Se as leis da associação humana não são mais as mesmas de antigamente, é porque apareceu no homem alguma mudança. Com efeito, parte de nosso ser modifica-se de século em século: nossa inteligência. Ela está sempre em movimento, quase sempre em progresso, e por sua causa nossas instituições e leis estão sujeitas a transformações. O homem de hoje não pensa mais o que pensava há vinte e cinco séculos, e é por isso que não se governa mais como outrora.

A história da Grécia e de Roma é testemunha e exemplo da estreita relação que há entre as idéias da inteligência humana e o estado social de um povo. Observai as instituições dos antigos, sem atentar para suas crenças; achá-las-eis obscuras, bizarras, inexplicáveis. Por que havia patrícios e plebeus, patrões e clientes, eupátridas e tetas, e de onde vêm as diferenças nativas e indeléveis que encontramos entre essas classes? Que significam essas instituições lacedemonianas, que nos parecem tão contrárias à natureza? Como explicar essas bizarras únicas do antigo direito privado: em Corinto e em Tebas, proibição de vender propriedades; em Roma e em Atenas, desigualdade na sucessão entre irmão e irmã? Que é que os juriconsultos entendiam por *agnação* ou *gens*? Por que essas revoluções no direito e na política? Que patriotismo singular era aquele que apagava todos os sentimentos naturais? Que se entendia por liberdade, da qual não cessavam de falar? Como é possível que instituições, que se acham tão afastadas de tudo o que podemos imaginar, possam hoje restabelecer-se e reinar por tanto tempo? Qual é o princípio superior que lhes deu autoridade sobre o espírito dos homens?

Mas, à frente dessas instituições e dessas leis, colocai as crenças, e os fatos tornar-se-ão claros e sua explicação tornar-se-á evidente. Se, considerando as primeiras idades dessa raça, isto é, a

época em que fundou suas instituições, observamos a idéia que fazia então da criatura humana, da vida, da morte, da segunda existência, do princípio divino, percebe-se íntima relação entre essas opiniões e as regras antigas do direito privado, entre os ritos que se originaram dessas crenças e as instituições políticas.

A comparação das crenças e das leis mostra que a família grega e romana foi constituída por uma religião primitiva, que igualmente estabeleceu o casamento e a autoridade paterna, fixando as linhas de parentesco, consagrando o direito de propriedade e de sucessão. Essa mesma religião, depois de estabelecer e formar a família, instituiu uma associação maior, a cidade, e predominou sobre ela como o fazia na família. Dela se originaram todas as instituições, como todo o direito privado dos antigos. Da religião a cidade tirou seus princípios, regras, costumes e magistraturas. Mas com o tempo essas velhas crenças foram modificadas, ou desapareceram por completo, e o direito privado e as instituições sofreram idêntica evolução. Surgiu então uma série de revoluções, e as transformações sociais acompanharam regularmente as transformações da inteligência.

É necessário, portanto, estudar antes de mais nada a crença desses povos. As mais antigas são as que devemos conhecer melhor, porque as instituições e crenças que encontramos na época áurea da Grécia e de Roma nada mais são que a evolução de crenças e instituições anteriores; é necessário que busquemos as raízes em um passado bem longínquo. As populações gregas e italianas são infinitamente mais velhas que Rômulo e Homero. Foi em época mais antiga, em uma antiguidade que escapa às datas, que se formaram as crenças e se estabeleceram e prepararam as instituições.

Mas que esperanças há de se chegar ao conhecimento desse passado longínquo? Quem nos revelará o que pensavam os homens dez ou quinze séculos antes de nossa era? É possível encontrar-se coisa tão fugidia e esquiva como crenças e opiniões? Nós sabemos o que pensavam os árias do Oriente, há trinta e cinco séculos, e o sabemos pelos hinos dos Vedas, que são seguramente muito antigos, e pelas leis de Manu, mais recentes, mas onde podemos encontrar trechos que datam de épocas muito remotas. Mas onde estão os hinos dos antigos helenos? Eles, como os itálicos, possuíam cantos antigos e velhos livros sagrados; mas de tudo isso nada chegou até nós. Que lembrança ficou para nós dessas gerações que não nos deixaram nenhum texto escrito?

Felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo.

Observemos os gregos dos tempos de Péricles e os romanos dos tempos de Cícero: levam consigo marcas autênticas, e o vestígio indubitável de séculos mais remotos. O contemporâneo de Cícero — falo sobretudo do homem do povo — tem a imaginação cheia de lendas; essas lendas lhe vêm de tempos antigos, e são testemunhas de seu modo de pensar. O contemporâneo de Cícero serve-se de uma língua cujas raízes são extremamente antigas; essa língua, exprimindo o pensamento de épocas passadas, foi modelada de acordo com esse modo de pensar, guardando o cunho que o mesmo transmitiu de século para século. O sentido íntimo de uma raiz pode às vezes revelar uma antiga opinião ou um antigo costume; as idéias transformaram-se, e os costumes desapareceram, mas ficaram as palavras, imutáveis testemunhas de crenças desaparecidas. O contemporâneo de Cícero obedece a determinados ritos nos sacrifícios, nos funerais, nas cerimônias nupciais; esses ritos são mais antigos que ele, e a prova é que não correspondem mais às suas crenças. Mas, olhando de perto os ritos que observa e as fórmulas que recita, encontrar-se-ão vestígios do que os homens acreditavam quinze ou vinte séculos atrás.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

